

RORTY, Richard. *Contingência, ironia e solidariedade*. São Paulo: Martins, 2007. 331p. ISBN 978-85-99102-51-0

Nayara Barros de Sousa<sup>1</sup>

Seria possível uma sociedade em que a crueldade provocasse uma comoção absoluta em todos os seus membros, de modo que o grande objetivo fosse a sua não realização? A solidariedade seria possível em uma perspectiva em que esta não fosse concebida como o absoluto, o universal desde sempre? Estes são alguns dos questionamentos com que Richard Rorty, filósofo pragmatista, estadunidense e liberal, ao final da década de 1980, provoca-nos nas páginas do seu livro “Contingência, ironia e solidariedade”, considerado por muitos estudiosos como a obra-chave de seus escritos, superando inclusive o relevante “Filosofia e o espelho da natureza”. Em “Contingência, ironia e solidariedade” o autor trabalha mais explicitamente com as categorias com as quais passou a conceber seus escritos posteriores e que representam sua proposta mais amadurecida, tais como os termos “redescrição”, “autocriação” e “ironista liberal”.

A obra está dividida em três partes intituladas: “Contingência”, “Ironismo e teoria” e “Crueldade e solidariedade”, cada uma com três capítulos que serão aqui brevemente resgatados. Possui ainda prefácio, introdução e, ao final, um útil índice onomástico.

Passando ao conteúdo da obra, temos Rorty esboçando uma espécie de mapa com pistas que conduziriam à sua “comunidade liberal utópica”, composta por indivíduos com características específicas predominantes: o “ironista liberal”, onde o termo liberal diz respeito àquele que possui aversão a todo tipo de crueldade, enquanto ironista seria aquele indivíduo desapegado das crenças numa verdade estacionária. É este “ironista liberal” que deverá percorrer o aparentemente insólito caminho da consciência da contingência, em sua tarefa de “redescrever” seus próprios passos, tornando-se autor de si.

Na obra, a contingência sobre a qual Rorty se debruça é especialmente encontrada no que ele compreende como depósito manifesto desta, a *linguagem*, trabalhada por ele logo no primeiro capítulo: “A contingência da linguagem”. É pelos caminhos da linguagem que o “ironista liberal” conseguirá obter êxito em sua tarefa de “redescrição” de si e do mundo. O pragmatista explica que teríamos herdado dos revolucionários europeus do século XVIII, bem como dos poetas românticos, esta possibilidade de apostar na “redescrição”. Estes encaravam o novo e a utopia como possíveis, sendo o próprio tempo em que viviam o justificador desta crença, já que estavam diante de profundas transformações institucionais e de vocabulário. A partir desta constatação, Rorty se entrega a uma defesa de que a mudança de vocabulário aliada à mudança de práticas sociais seria capaz de criar um novo ser humano.

Esta mudança de vocabulário, capaz de criar este novo ser humano, seria responsável por uma concepção menos estanque de *identidade* do sujeito, temática do capítulo seguinte do livro: “A contingência da identidade”. A construção da identidade dar-se-ia enquanto autoconhecimento pela “autocriação”. Assim, o retorno a si, manifestando-se como processo de auto-conhecimento, seria fator determinante na criação de uma nova linguagem, nova linguagem esta que corresponderia à “redescrição” das próprias causas de existência do indivíduo, constituindo sua singularidade. Contudo, para concretizar a

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ética e Epistemologia/UFPI.

identidade enquanto “autocriação” é preciso, de acordo com Rorty, que nos apropriemos da contingência enquanto criadores fortes, deste modo, passando a não mais tentar dela escapar (a contingência), voltando-a a nosso favor, construindo nossa própria linguagem, nossas próprias metáforas, que são a manifestação maior do novo. Neste exercício, temos como grande herói a figura do poeta forte, senhor da “autocriação”, mestre das metáforas.

No terceiro capítulo, “A contingência de uma comunidade liberal”, o pragmatista, como o próprio título do capítulo sugere, trata da contingência no tipo de comunidade sobre aquela que suas reflexões recaem: a liberal. Nele, Rorty decide concentrar-se no vocabulário tradicional das democracias liberais, propondo-lhes uma “redescricao”, a partir de seu entendimento do progresso moral como um progresso possibilitado pela construção e posterior literalização das metáforas- ferramentas do processo de “redescricao”. É neste processo que devem recair as esperanças das sociedades liberais, segundo Rorty. O filósofo, após resgatar as acusações feitas por Adorno e Horkheimer ao liberalismo e ao racionalismo iluminista, discorda da conclusão a que estes chegaram a respeito da sociedade liberal, quando afirmam sua falência pela perda de sua base filosófica original, bem como pelo distanciamento de sua base social. Rorty entende que o que houve, de fato, foi o surgimento de um novo vocabulário, distante daquele que lhe deu origem, ainda embebido nas idéias que combatia, num tempo já remoto, não fazendo sentido tais acusações. O novo vocabulário já nasce maduro, composto de metáforas literalizadas.

Além disso, lançando nova luz ao liberalismo, Rorty também defende que é a sociedade liberal utópica aquela capaz de recepcionar a consciência da contingência enquanto desdobramento do Iluminismo (as forças que foram libertadas sem que isto tenha sido previsto: o novo. Tais forças são entendidas por Rorty como algo positivo e não no sentido negativo da análise feita pelos filósofos da Escola de Frankfurt), tendo a contingência como substrato, onde prevaleceria a regra da não crueldade por seus integrantes, os “ironistas liberais.”

Aprofundando sua definição de ironista liberal, Rorty, no quarto capítulo, “Ironia privada e esperança liberal”, afirma que o caráter de ironista do indivíduo seria percebido em sua incerteza quanto ao seu próprio vocabulário, tanto porque recebe influência de outros vocabulários, quanto porque não acredita que seu próprio vocabulário forneça todas as respostas para suas dúvidas e muito menos acredita que ele se aproxime de algum tipo de Certeza, como se fosse superior aos demais vocabulários. Ou seja, de acordo com Rorty, os ironistas seriam pessoas conscientes da contingência de seu próprio vocabulário. Compreendendo isto, passa a ficar mais clara a intenção do filósofo em opor seu entendimento aos dos que ele chama de metafísicos, que entende por pessoas que tem o senso comum como vocabulário, sendo este senso comum o contraponto da ironia, onde se acredita que o vocabulário (neste caso, o senso comum) seja imutável e pleno de verdade. Seu objetivo é fazer frente à prática dos metafísicos de tentar unir estes vários vocabulários em nome desta verdade, em nome de uma unicidade, um vocabulário final estático. Se ocorre a situação de diferentes vocabulários se apresentarem, segundo o posicionamento de Rorty, o que deve ocorrer é a comparação destes mesmos, sem que se busque, contudo, uma convergência onde esta não cabe. O filósofo concebe, assim, o vocabulário final como uma “realização poética” feita pelo indivíduo, sem que este tenha seguido qualquer critério prévio. Ele ainda deixa claro que, apesar desta sua defesa, dificilmente a filosofia ironista dará grandes contribuições às discussões tidas como relevantes como as suscitadas pelas temáticas da liberdade e da igualdade, em termos de essência ou universalidade, isto porque tal filosofia é essencialmente privada.

Entretanto, Rorty admite que os vocabulários, ainda que privados, possam ser depositários das esperanças compartilhadas. Esperança, por exemplo, em não sofrer humilhação, quando se entende que nossa suscetibilidade à humilhação e à dor são encarados por Rorty como nosso único vínculo social necessário, nisso consistindo o eixo

de sua idéia de solidariedade. E é aí que viria, para o filósofo, a importância da imaginação, com o intuito de ampliar nossa capacidade de perceber o sofrimento alheio, onde a valorização da literatura seria ferramenta estratégica neste sentido, ocupando, o romancista, o papel daquele que dá voz à dor de quem sofre.

Prosseguindo com sua exposição, ele defende, já no quinto capítulo da obra, “Autocriação e filiação”, a postura de autocriação e não de filiação em relação ao passado. Tendo agora como figuras principais o “teórico ironista”, onde se destacam as figuras de Nietzsche e Heidegger e o “romancista ironista”, representado por Proust. De acordo com o pensamento de Rorty, este seria mais bem sucedido no processo de “redescricao” como “autocriação”, pela liberdade que desfrutava como romancista, enquanto os “teóricos ironistas”, apesar dos esforços, têm menos desta liberdade de adotar um perspectivismo a partir da idéia de contingência, além de neles ainda vislumbrarmos resquícios da rejeitada filiação (referência aos teóricos predecessores). Ainda pode ser ressaltado o fato de que Proust não pretendeu estender seu vocabulário além de si, o que foi tentado pelos “teóricos ironistas”. Esta tentativa de extensão seria ainda uma manifestação da esperança de unir os vocabulários finais e com isto as perspectivas da esfera pública e privada, um intento que Rorty considera inútil, já que os vocabulários de cada uma destas esferas apresentam-se absolutamente distintos um do outro e com finalidades diferentes.

Não obstante esta afirmada superioridade do “romancista ironista” em relação ao “teórico ironista”, no sexto capítulo do livro, “Da teoria ironista às alusões privadas: Derrida”, destaca o teórico que vem dar título ao capítulo, pelo seu êxito ao intentar o processo de “autocriação”: Jacques Derrida. De acordo com Rorty, a segunda fase deste “teórico ironista” seria suficientemente livre de tentativas de dar uso público à sua reflexão. Derrida teria concebido sua obra como fantasia privada, como seu livro “Envois” (O cartão-postal, na edição brasileira), uma série de cartas de amor, as quais seriam as melhores representantes da manifestação do privado- afinal de contas, nada mais pessoal que uma carta de amor. Nelas, Rorty lembra que Derrida “redescreve” (ou desconstrói, ou destrói) o pensamento filosófico tradicional dentro da escrita amorosa em que figuras tradicionais como Sócrates e Platão têm sua existência recontada da maneira mais erótica possível. Rorty chega a questionar a insistência em classificar esta obra de Derrida como filosófica, já que ela foge completamente ao usual da área, aproximando-se muito mais da literatura- que para Rorty é uma expressão humana mais útil que a filosofia.

Depois, em sua tentativa de tratar da questão da crueldade, o filósofo pragmatista se detém nas obras de Nabokov e Orwell, nos dois capítulos seguintes: “O barbeiro de Kasbeam: Nabokov sobre a crueldade” e “O último intelectual da Europa: Orwell sobre a crueldade”. Segundo Rorty, as obras destes escritores nos servem de alerta contra a possibilidade de sermos cruéis, quando estamos empenhados na busca pela nossa autonomia. Nabokov, em seus escritos como “Lolita” e “Fogo pálido” apresentaria a perspectiva interna da crueldade através das personagens Humbert e Kinbote, enquanto a obra de Orwell, “1984”, seria a perspectiva externa desta crueldade, a partir de O’Brien, com foco nas vítimas deste, Winston e Julia. Durante a análise destas obras e em decorrência delas, Rorty afirma que sermos seres humanos, por si só, não nos fornece laços fortes o suficiente para garantir que não sejamos cruéis. De fato, a única coisa que compartilharíamos seria a capacidade de sentir dor, característica inclusive dividida com outras espécies animais. E daí decorre a relevância de obras como as de Nabokov e Orwell, por serem responsáveis por nos aproximarem da dor do outro, a partir da fantasia, que é a imaginação admitida pela coletividade.

Por fim, Rorty chega ao derradeiro capítulo, “Solidariedade”, tratando da sua concepção para este termo, a qual não recepiona a tradição de alicerçá-la em algum tipo de essência comum a todos os seres humanos, onde personagens cruéis como as que surgem nas páginas das obras mencionadas de Nabokov e Orwell seriam consideradas

“desumanas”, como se lhes faltasse algo desta essência partilhada. Para ele a solidariedade estimulada pelo exercício da imaginação seria muito mais eficiente do que tais concepções universalistas, em nos exortar a, por exemplo, ter atenção à possibilidade de estarmos sendo cruéis, ao buscarmos realizar nossos desejos. Assim, argumentos baseados em proximidade, como os que a literatura é capaz de trazer, que demonstrassem a “dor e a humilhação” do outro, seriam muito mais persuasivos que a ideia de humanidade ou de ser humano.

Este apelo seria necessário, porque nossos desejos e afeições pessoais eventualmente entram em conflito com nossa responsabilidade com o outro ( perspectiva da esfera pública) e não existe opção automática por esta responsabilidade para com o outro, em detrimento dos nossos desejos e afeições. A solução para isto ocorre mediante o exercício do diálogo, onde alternativas concorrentes serão apresentadas, até que se chegue a uma decisão- num debate leal, a decisão pode inclusive ser chamada de verdade ou bem, mesmo por um pragmatista. E este exercício deve ocorrer mediante a tentativa contínua de ampliarmos a sensação de nós. Por isto, Rorty afirma que sua proposta não é estranha à idéia de democracia liberal.

A obra tenta expor a utopia de uma comunidade liberal em que os indivíduos, libertos de uma moral herdada pela “autocriação” exercida, são conscientes da contingência de seus vocabulários pessoais e bem alertados quanto às possibilidades de crueldade pelo acesso que têm aos escritos literários. Por isso mesmo esta proposta pode ser acusada de utópica, denominação que o próprio Rorty não foge ao longo do texto ( “comunidade utópica liberal”) e elitista, por estar fazendo clara preferência aos indivíduos com erudição.

Contudo, mesmo optando pela literatura num mundo onde uma grande parcela das pessoas não sabem ler, o intento nada mais faz que apelar para uma prática antiga de transmissão de valores: a narrativa. Desde que o ser humano desenvolveu sua capacidade de se comunicar, a narrativa, primeiramente através dos mitos repassados oralmente e depois através da escrita sempre foi o principal veículo de alerta aos valores das comunidades humanas. Assim, deste ponto de vista, a aposta de Rorty não pareceria tão utópica, mas pelo contrário, eficiente, ainda que de alcance limitado, residindo aí um dos pontos que fortalecem a necessidade de leitura desta obra. Além disso, para os que pretendem se debruçar sobre as obras do pragmatista, “Contingência, ironia e solidariedade” representa um marco importante no pensamento do filósofo, talvez seu grande divisor de águas dentro de seus escritos, sendo estratégico para a compreensão de suas obras posteriores, como aqui já ressaltado.

---

Texto recebido em: 05/11/2011

Acceto para publicação em: 06/11/2011